



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 003/2015 – SEGAD, NOS
TERMOS DO PADRÃO Nº 04/2002.**

PROCESSO Nº 414.000.588/2015.

Cláusula Primeira – Das Partes

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.650/0001-69, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS**, portador da cédula de identidade RG n.º 070155411, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.085.237-32, na qualidade de Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **AVANTSEC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME**, com sede na eq 31/33 lote 05, Centro Comunal II, sala 110, Parte X5, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.065.901, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.625.177/0001-86, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **RODRIGO GOMES VILANOVA**, brasileiro, solteiro, empresário, natural do Estado do Rio de Janeiro/ RJ, portador do RG n.º 2.953.466, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 923.873.300-72, na qualidade de Sócio-Administrador

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O procedimento de contratação se constitui em adesão à Ata de Registro de Preços nº 06/2014, constante de fls. 151 a 154, do processo de contratação, a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

qual resulta do Pregão Eletrônico cujo Edital nº 18/2013-MTCI figura às fls. 182 a 351. A demanda em questão é de competência da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação da SEGAD e consta especificada no Termo de Referência e seus anexos de fls. 94 a 138; havendo pesquisa de preço referente às fls. 40 a 82, justificativa às fls. 139 a 143, proposta comercial do fornecedor às fls. 155/158 confirmada às fls. 412/417, declaração de disponibilidade orçamentária às fls. 382 e 384 e Ato Autorizativo de Celebração do Contrato às fls. 382 e 384

A contratação obedece a regência da lei 8.666/93, do Decreto Federal nº 7892/2013, do Decreto Distrital nº 34.509/2013, e do Parecer Normativo nº 878/2013-PROCAD/PGDF. Observa-se que a contratada enquadra-se nas disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de Solução Integrada de Segurança da Informação, com garantia por 36 meses, e serviço de apoio técnico especializado sob demanda para atender às necessidades da Secretaria de Gestão Administrativa e Desburocratização-SEGAD/GDF e seus órgão correlatos, consoante especificações no Termo de Referência e seus anexos de fls. 94 a 138; na Ata de Registro de Preços nº 06/2014, de fls. 151 a 154, do processo de contratação da qual resulta o Pregão Eletrônico do Edital nº 18/2013-MTCI, que figura às fls. 182 a 351, proposta comercial do fornecedor às fls. 155/158 e renovada à fl. 412/417, declaração de disponibilidade orçamentária á fl. 382 e 384; da lei 8.666/93, observadas ainda as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; o Decreto Federal nº 7892/2013, o Decreto Distrital nº 34.509/2013 e o Parecer Normativo nº 878/2013-PROCAD/PGDF, conforme quadro demonstrativo a seguir:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Id	Serviço / Bem	Qtd.
Bens que compõem a solução – material permanente – 44.90.52		
01	Appliance de proteção e gerenciamento do tráfego de rede	02
Materiais que compõem a solução – material de consumo – 33.90.30		
02	Componente de gerenciamento de eventos (logs)	01
03	Componente de investigação de incidentes	06
Serviços que compõem a Solução – serviço – 33.90.39		
04	Suporte técnico da solução	36
05	Implantação da solução	01
06	Transferência de conhecimento	48
07	Apoio técnico especializado sob demanda.	2000

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução

4.1 O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/93

4.2 A solução deverá ser implantada nas instalações da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação para substituir o componente de proteção e gerenciamento de tráfego de rede bem como expandir a capacidade de monitoramento e resposta a incidentes pela integração dos componentes de gerenciamento de eventos e investigação de incidentes.

4.3 Requisitos

4.3.1 Integração e interoperabilidade entre os itens da solução:

4.3.1.1 Os itens que compõem a solução deverão trabalhar de forma integrada consolidando seus recursos de forma agregada, simplificando seu uso e implantação.

4.3.2 Alta Disponibilidade:

4.3.2.1 Os itens que forem indispensáveis ao funcionamento da infraestrutura deverão possuir recursos de alta disponibilidade, tais como funcionamento em cluster ativo/ativo, ativo/passivo e fontes redundantes (quando se tratar de hardware).

4.3.3 Registro centralizado de eventos (logs):



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

4.3.3.1 A solução deverá manter seus logs de eventos centralizados além de receber logs de outras fontes;

4.3.3.2 Flexibilidade na política de retenção definindo prazos para descarte e locais de armazenamento;

4.3.4 Customização e parametrização:

4.3.5 Construção de sensores, alertas, relatórios e *dashboards* possibilitando uma consciência situacional de segurança do ambiente.

4.3.6 Capacidade de customização e parametrização adaptando-se às políticas de segurança da SEGAD.

4.3.5 Proteção e Gerenciamento do tráfego de Rede:

4.3.5.1 Controle de Aplicação - Identificar e classificar o tráfego determinando a identidade do aplicativo (Controle de Aplicação) independentemente de porta, protocolo ou do uso de criptografia de porta (SSL / SSH) ou outras técnicas de evasão.

4.3.5.2 Modelagem de tráfego (*Traffic shaping*) - Aplicar políticas de acordo com o endereço IP, aplicativo e usuário, associando este à árvore de diretórios LDAP / *Active Directory* da organização.

4.3.5.3 IPS (*Intrusion Prevention System*) - Proteger contra ameaças conhecidas (assinaturas) e permitir a criação de assinaturas personalizadas com opção de armazenar o tráfego de pacotes para posterior análise.

4.3.5.4 Filtro de Conteúdo - Realizar a filtragem de conteúdo e URL para reduzir a exposição a ataques de *spywares*, *phishing*, *pharming*, sites com conteúdo malicioso entre outros. Permitir a parametrização de palavras-chave e a inclusão manual de URLs.

4.3.5.5 Antivírus - Capacidade de verificar arquivos em diversos protocolos, inclusive sob criptografia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

4.3.5.6 Rede - Suporte a IPv6, IPSec, 802.1q (VLAN), 802.3ad (LAG), NAT, PAT, BGP, OSFP (v2 e v3), RIP e rotas estáticas.

4.3.4 Investigação de Incidentes:

4.3.4.1 Capacidade de coleta de fontes de dados dinâmicas (e.g. *syslog*, bancos de dados, *netflow*) e estáticas (arquivos de log, planilhas).

4.3.4.2 Correlação de eventos oriundos de diferentes fontes.

4.3.4.3 Captura, armazenamento, indexação, reconstrução e análise de pacotes de rede (camadas 2 a 7) com reprodução de sessões de tráfego.

4.4 Detalhamento da Solução:

4.4.1 Conforme Anexo I deste Contrato.

4.5 Modelo de Fornecimento de Bens

4.5.1 Metodologia de Trabalho

4.5.2 Os equipamentos deverão ser entregues em um único lote, instalados e configurados conforme exigências descritas no Termo de Referência e neste Contrato.

4.6 Prazos e Condições

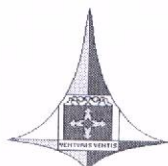
4.6.1 A Contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, entrega e instalação dos equipamentos da solução no ambiente da SUTIC ou em outro local no âmbito do Distrito Federal, designado pela Contratante.

Local da Entrega: Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC, da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal.

Endereço: SAM, Bloco H, 1º Andar – CEP. 70.620-080, Brasília-DF

Telefone: (61) 3342-1140

4.6.2 A tabela a seguir apresenta a correlação entre prazos e ações / eventos



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

durante a execução de contrato e a vigência da garantia / suporte:

ID	Ação	Data de Início	Data Fim
01	Entrega de equipamentos e softwares que compõem a solução	Assinatura do Contrato	Até 60 dias
02	Recebimento provisório	Entrega dos Equipamentos	Até 15 dias
03	Implantação no ambiente da SUTIC	Entrega dos Equipamentos	Até 30 dias
04	Início da Transferência de conhecimento	Implantação	Até 30 dias
05	Verificação de conformidade dos produtos e Recebimento definitivo	Implantação	Até 30 dias
06	Suporte técnico	Recebimento definitivo	36 meses
07	Elaborar documentação para iniciar processo licitatório para contratar empresa para dar suporte técnico, caso os equipamentos e softwares que compõem a solução não estejam obsoletos.	Um ano antes do término do contrato	Até 60 dias
08	Apoio Técnico Especializado	Abertura da Ordem de Serviço	Prazo especificado na Ordem de Serviço

** Prazos em dias corridos.

4.6.3 Conforme preconiza o art. 57, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, os prazos de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do Contrato, no qual deverá ser justificada por escrito, com no mínimo 10 dias de antecedência do prazo de vencimento inicial, e deverá ser previamente autorizada pela autoridade competente por celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total anual estimado do Contrato é de **R\$ 6.406.000,00** (seis milhões quatrocentos e seis mil reais) e correrá à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária Anual –, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

5.2 – O presente contrato, respeitada a sua anualidade, poderá ter seus valores reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que substituirá qualquer outro índice que esteja sendo adotado no âmbito distrital – fundamento do artigo 4º do DECRETO Nº 36.246, DE 02 DE JANEIRO DE 2015.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

6.1.1) I – Unidade Orçamentária: 32101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de **R\$ 1.688.000,00** (um milhão seiscentos e oitenta e oito mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00343, emitida em 02/04/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

6.1.2) I – Unidade Orçamentária: 32101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 4.4.90.52

IV – Fonte de Recursos: 336005670

O empenho inicial é de **R\$ 1.398.000,00** (um milhão trezentos e noventa e oito mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00344, emitida em 02/04/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade global.

6.1.3) I – Unidade Orçamentária: 32101

II – Programas de Trabalho: 04.126.6203.1471.0029

III – Natureza da Despesa: 3.3.90.30

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de **R\$ 3.320.000,00** (três milhões, trezentos e vinte mil reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00345, emitida em 02/04/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade global.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Anexo XI da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 2.5.2007), observado o disposto no art. 4º do Decreto nº 6.106, de 30.4.2007;

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011. Visando comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança atenda todas as condições de liquidação para pagamento (Lei 8666/93; Decreto nº 32598, de 15/12/2010; IN 04/2010 MPOG e IN 02/2008 MPOG).

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação ou cumprimento, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

7.4. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte procedimento:

I – Se o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado por sua diferença, a qual será descontada



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

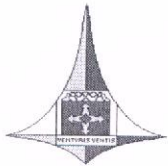
7.6. Os pagamentos dos créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), serão feitos exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverá a Contratada apresentar o número da sua conta corrente e agência onde deseja receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, publicado no DODF nº 35, pág.3, de 18/02/2011.

7.7 Condições de Pagamento

7.7.1 A Contratada deverá encaminhar nota fiscal eletrônica aos Fiscais do contrato no ato da entrega da solução, com valores descritos em moeda corrente nacional, juntamente com as certidões de regularidades fiscais e trabalhistas válidas.

7.7.2 O valor da nota fiscal deverá constar discriminado de modo a corresponder às soluções contratadas tal como especificado o objeto do contrato. Em caso de divergência, a Contratada terá 05 (cinco) dias úteis após a notificação para realizar a substituição.

7.7.3 A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, os serviços e fornecimentos executados em desacordo com o disposto no Termo de Referência e neste Contrato. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da Contratante notificarão, por escrito, à



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Contratada, ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a situação.

7.7.4 O Contratante reserva-se o direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento e efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados.

7.7.5 O Contratante prestará todos os esclarecimentos necessários à Contratada referente a valores glosados, assegurando ampla defesa e contraditório.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de sua assinatura.

Cláusula Nona – Das garantias

9.1 Da garantia contratual

9.1.1. Por ocasião da celebração do contrato, a Contratada deverá prestar garantia contratual correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, correspondendo ao valor de **R\$ 320.300,00 (trezentos e vinte mil e trezentos reais)**, mediante a escolha de uma das modalidades estabelecidas no § 1º, do art. 56, da Lei n.º 8.666, 21 de junho de 1993, quais sejam:

I - caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

9.1.2 A garantia contratual, ainda, abrange a observância dos seguintes tópicos:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

I - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios dos Arts. 827 e 1.491, do Código Civil de 2002.

II - Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

III - Sem prejuízo das sanções previstas na lei, no Edital e na Ata de Registro de Preços, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

IV - O prazo para a prestação da garantia será de até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, sob pena de sanções previstas na legislação vigente e elencadas neste instrumento;

V - A cada renovação do contrato a garantia deverá ser atualizada, desde que haja atualização do valor contratado;

VI - No caso de fiança bancária e do seguro garantia estes deverão ser apresentados em original ou documento eletrônico com certificação digital e

Folha Nº 512
Processo Nº 414.000.588/2015
Rubrica Matrícula 268.348-2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

deverá oferecer cobertura a todas as obrigações contratuais não adimplidas pelo contratado compreendendo o período anual de início e término do Contrato.

XIX – A garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, deve ter validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados ainda os seguintes requisitos:

a) do órgão contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, sendo que, nos casos de contratação de serviços continuados de dedicação exclusiva de mão de obra, o valor da garantia deverá corresponder a cinco por cento do valor total do contrato;

9.1.3 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

9.1.4. a modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nos itens do 9.1.3;

9.1.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do contratante;

9.1.6 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

9.1.7 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993;

9.1.8 O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada;

9.1.9 A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) após o término da vigência do contrato, devendo o instrumento convocatório estabelecer o prazo de extinção da garantia, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

9.1.10 contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

a) caso fortuito ou força maior;

b) alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

c) descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

d) prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

9.1.11 Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na alínea "i"; e

9.1.12 A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 30 DE ABRIL DE 2008.

9.2 Garantia do Objeto

9.2.1 O prazo de garantia do objeto constante deste Termo de Referência é de 36 (trinta e seis) meses a contar da data de Recebimento Definitivo, conforme condições constantes no **Anexo I** deste Contrato – Especificação Técnica.

9.2.2 A Contratada deverá encaminhar o Termo de Garantia, conforme Anexo II do Termo de Referência, em até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Aceite Definitivo, fazendo constar a descrição da quantidade dos equipamentos, softwares e licenças que compõem a solução bem como e o período de vigência da garantia.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

10.1 Acompanhar e fiscalizar, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, a execução do contrato através de comissão executora especialmente designada, fazendo as anotações e registros de todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas e defeitos observados, e ainda propor aplicação de penalidades e a rescisão do contrato, caso a empresa desobedeça qualquer das cláusulas estabelecidas;

10.2 Conferir, vistoriar e aprovar os componentes da solução entregues, verificando a conformidade com as descrições apresentada no edital de licitação e seus anexos;

10.3 Disponibilizar e acompanhar a Contratada no acesso às instalações físicas do Data Center para instalação da solução;

10.4 Proporcionar todos os meios para que a Contratada possa desempenhar os serviços objeto da contratação;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 10.5 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com as normas orçamentárias, financeiras e contábeis do Distrito Federal;
- 10.6 Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
- 10.7 Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato, sem prejuízo as sanções cabíveis;
- 10.8 Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas e penalidades a serem aplicadas, assegurando a ampla defesa e o contraditório;
- 10.9 Permitir o acesso dos empregados da Contratada, devidamente identificados, para a execução dos serviços de manutenção;
- 10.10 Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços não obstante a fiscalização da Contratada;
- 10.11 Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços, por meio dos servidores designados;
- 10.12 Comunicar oficialmente à Contratada quaisquer falhas na solução;
- 10.13 Manter registros dos serviços desempenhados;
- 10.14 Elaborar atas das reuniões ocorridas;
- 10.15 Comprovar a assinatura de todos os documentos entregues a Contratada;
- 10.16 Apurar responsáveis pelos danos/falhas a fim de aplicar sanções cabíveis;
- 10.17 Conferir toda a documentação técnica gerada e apresentada durante a execução dos serviços, efetuando o seu atesto quando a mesma estiver em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos;
- 10.18 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços/entregas que sejam executados



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

em desacordo com o Contrato, aplicando as penalidades cabíveis;

10.19 Instruir a empresa acerca das normas de segurança implantadas no Data Center;

10.20 Solicitar, a qualquer tempo, comprovação das condições da empresa, notadamente a qualificação econômico-financeira;

10.21 Realizar análise técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento e de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados;

10.22 Prestar todos os esclarecimentos necessários à Contratada referente aos valores glosados, no qual terá assegurado a ampla defesa e o contraditório;

10.23 Designar um responsável técnico pelas ordens de serviço de suporte técnico de apoio técnico especializado.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 Atender a todas as condições descritas no Termo de Referência e respectivo contrato;

11.2 Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante;

11.3 Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação;

11.4 Informar o Contratante em caso de subsequente alteração da sua atual classificação como Micro empresa, bem como atualizar seus documentos de habilitação, mormente os de habilitação jurídica, fiscal e balanço patrimonial, com a novel denominação social.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 11.5 Incluir na proposta de preço todas as despesas com fretes, taxas, impostos e quaisquer despesas operacionais;
- 11.6 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 11.7 Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da Contratante;
- 11.8 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem no objeto contratual, de acordo com Lei 8.666/93, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado, mantidas as mesmas condições estipuladas no presente Termo de Referência, sem que caiba à Contratada qualquer reclamação;
- 11.9 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto do Contrato, sem prévia autorização da Contratante;
- 11.10 Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da Contratante, a que a Contratada tiver conhecimento, formalizando esse compromisso mediante assinatura dos termos de ciência (Anexo V – Termo de Referência) e de manutenção de sigilo (Anexo II – deste Contrato);
- 11.11 Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;
- 11.12 Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela Contratante sobre os fornecimentos e sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto do Termo de Referência;

11.13 Alocar pessoal tecnicamente qualificado e capacitado na execução dos serviços demandados pela Contratante, garantindo o cumprimento dos prazos fixados e a qualidade dos serviços fornecidos;

11.14 Em caso de não atendimento pela Contratada do item solicitado acima, o Contratante deve determinar que a Contratada providencie a substituição imediata dos profissionais alocados ao serviço contratado

11.15 Implementar rigorosa gerência de contrato com observância a todas as disposições constantes deste Termo de Referência

11.16 Prover treinamento e atualização profissional do pessoal alocado no fornecimento dos serviços contratados, considerando as necessidades identificadas, inclusive pelo Contratante;

11.17 Responder por todos os danos patrimoniais e de quaisquer natureza causados por ação ou omissão de seus profissionais, relacionados à execução dos serviços;

11.18 Velar para que todos os privilégios de acesso a sistema, informação e qualquer outro recurso da Contratante sejam utilizados exclusivamente na execução dos serviços e pelo tempo estritamente essencial à realização dos mesmos;

11.19 Obedecer rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da contratante;

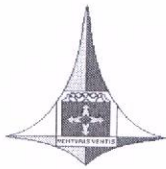
11.20 Os profissionais da Contratada ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

11.21 Fornecer ferramentas e equipamentos de proteção individual necessários para instalação dos equipamentos;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 11.22 Manter os seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá de identificação, quando em trabalho nas dependências da Contratante;
- 11.23 Efetuar a entrega do objeto de acordo com as especificações técnicas expressas, ou superiores, desde que aprovadas pela Contratante;
- 11.24 Cumprir o prazo de entrega previsto na proposta, contados a partir da assinatura do contrato, salvo ocorrência de calamidade pública, perturbação da ordem, greves ou por outro motivo que a Contratante venha a aceitar por considera-lo justo, ficando esses prazos prorrogados, para todos os efeitos contratuais, de tantos dias quantos forem os de duração do obstáculo impeditivo;
- 11.25 Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
- 11.26 Elaborar e apresentar documentação técnica dos fornecimentos e serviços executados, nas datas apazadas, visando homologação da mesma pela Contratante;
- 11.27 Garantir o funcionamento da solução fornecida, responsabilizando-se pela manutenção corretiva durante a vigência contratual;
- 11.28 Utilizar somente peças e componentes novos do fabricante para a manutenção dos equipamentos em que houver necessidade de substituição de peças;
- 11.29 Retirar e transportar, por conta própria, os equipamentos até o centro de assistência técnica, promovendo de igual forma o seu retorno ao local de origem;
- 11.30 A Contratada deverá encaminhar o Termo de Garantia, conforme Anexo II do Termo de Referência, em até 15 (quinze) dias após a emissão do Termo de Aceite Definitivo, fazendo constar a descrição e quantidade dos equipamentos, softwares e licenças que compõem a solução bem como e o período de vigência da garantia.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 11.31 Fornecer licenças de uso permanente dos softwares que compõem a solução;
- 11.32 Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades;
- 11.33 Garantir que as atualizações, configurações e funcionalidades aplicadas até o término da Garantia, permanecerão funcionais após o término da mesma, em caráter permanente;
- 11.34 Oferecer Garantia pelo período de **36 (trinta e seis) meses** a contar do Recebimento Definitivo da solução. Compreende-se como GARANTIA:
- I.O fornecimento, sem custos adicionais para Contratante, correções (*updates*) e atualizações de versão (*upgrades*) dos softwares que compõem a solução (*firmware*); e
 - II.A correção de falhas de hardware mediante a substituição de partes ou do equipamento (*appliance*) como um todo.
 - III.A execução da garantia dar-se-á através da prestação do Suporte Técnico.
- 11.35 Disponibilizar suporte técnico remoto e presencial, compreendendo atividades de manutenção preventiva e corretiva da solução, de acordo com Anexo I deste Contrato;
- 11.36 Prestar serviço de Apoio Técnico Especializado nas dependências da SUTIC ou outro local especificado pela Contratante no âmbito do Distrito Federal em dia e horário definido pela Contratante, incluindo finais de semana e horário não comercial.
- 11.37 Responsabilizar-se pelo transporte, entrega e instalação dos



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO**

equipamentos da solução no ambiente da SUTIC, localizado no SAM, Bloco H, 1º Andar – CEP. 70.620-080, Brasília-DF

11.38 Ofertar componentes novos, de primeiro uso, em sua última versão, devendo constar na linha de produção do fabricante e, por ocasião do contrato, não devem constar na lista de produtos que serão descontinuados (*end-of-life / end-of-support*);

11.39 Fornecer todos os manuais do fabricante da solução em formato digital em português brasileiro e/ou inglês;

11.40 Realizar a Transferência de Conhecimento à Contratante, consistindo nas seguintes atividades:

I.Documentar os procedimentos de instalação e implantação (arquitetura física / lógica) na Base de Conhecimento da Contratante;

II.Entrega dos Manuais do Fabricante;

III.Treinamento teórico e prático nos componentes da solução conforme Anexo I deste Contrato.

11.41 Registrar na base de conhecimento da Contratante todas as configurações e parametrizações necessárias ao ambiente da SUTIC em até 02 (dois) dias após o término da Implantação;

11.42 Reunir-se com os técnicos da empresa que vier a substituir a Contrata em virtude de renovação ou nova contratação para explicar sobre a solução e o ambiente da SUTIC.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente de compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

13.1 O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.2 - Das Espécies

13.2.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, está sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o **Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos nºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006, 35.831, de 19/09/14:**

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) Para a licitante e/ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3 - Da Advertência

13.3.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4 - Da Multa

13.4.1 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.2 A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 193 e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

13.4.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.4 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.5 – Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.6 – A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem **13.2.2** e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.7 – Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.4.1.

13.4.8 – A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem **13.4.1** não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5 - Da Suspensão

13.5.1 – A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.5.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

13.5.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

13.5.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.6 - Da Declaração de Inidoneidade

13.6.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.2 - A declaração de inidoneidade prevista no item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7 - Das Demais Penalidades

13.7.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.6;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.5.3 e 13.5.4.

13.7.2 - As sanções previstas nos subitens 13.5 e 13.6 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8 - Do Direito de Defesa

13.8.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.8.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.8.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.3 e 13.4 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.9 - Do Assentamento em Registros

13.9.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.9.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.10 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.10.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas no edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

13.11 – Disposições Complementares

13.11.1- As sanções previstas nos subitens 13.3, 13.4 e 13.5 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.11.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

O Contrato poderá ser rescindido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

15.1 – O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.2 – No caso de rescisão motivada nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93, ficam assegurados à Administração, os direitos de investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços, para evitar que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Acompanhamento e da Fiscalização

17.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

devendo ser exercidos por representantes do Contratante (servidores da SUTIC/SEGAD), especialmente designados, na forma dos artigos 67 e 73 da lei 8666/93, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2010 e, no que couber, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº02/2008.

17.2 A Contratada deverá possuir preposto, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e receber as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

17.3 O Distrito Federal, por meio de Ordem de Serviço, designará o gestor, o fiscal requisitante, o fiscal técnico e o fiscal administrativo que desempenharão as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, na Cartilha de execução de Contrato vigente, na IN 04/2010 e subsidiariamente na IN02/2008, ambas da SLTI/MPOG.

17.4 O fiscal técnico do contrato anotará em próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados.

17.5 Ao Contratante reserva-se o direito de exercer a mais ampla fiscalização sobre o objeto contratado, por intermédio dos representante especificamente designados, podendo inclusive:

I - Sustar a execução de qualquer trabalho que esteja sendo feito em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;

II - Exigir a substituição de qualquer empregado ou preposto da contratada que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;

III - Determinar a reexecução dos serviços realizados com falha, erro ou negligência, lavrando termo de ocorrência do evento;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

17.6 O objeto contratado deverá ser entregue conforme disposto neste contrato, no Termo de Referência e seus anexos de fls. 94 a 138; na Ata de Registro de Preços nº 06/2014, de fls. 151 a 154, e no Edital de Pregão Eletrônico nº 18/2013-MTCI, que figura às fls. 182 a 351.

17.7 Dar-se-á o recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

I – provisoriamente, pelo fiscal técnico, mediante termo circunstanciado, assinado pelo fiscal e pelo preposto oficial da contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita da Contratada;

II – definitivamente, pelo Gestor e requisitante, regularmente designados pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelo Gestor do Contrato e pelo preposto oficial da Contratada, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;

b) após o recebimento definitivo será atestada a Nota Fiscal pelo Gestor e pelo fiscal requisitante, do Contrato, para efeito de pagamento (artigo 25; inciso III, alínea h, da IN04/2010- SLTI MPOG)

c) o recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto adquirido, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, conforme detalhamento a seguir:

ID	Etapa / Fase / Item	Indicador	Valor Mínimo Aceitável
01	Assinatura do Contrato	Depósito da Garantia Contratual	5% do valor do contrato
02	Aceite provisório da solução	Entrega, instalação da solução no ambiente da SUTIC	Verificação das especificações técnicas conforme Edital e <i>datasheet</i> do fabricante.
03	Aceite definitivo da solução	Verificação dos requisitos funcionais.	Solução implantada com todas as características em pleno funcionamento.
04	Transferência de conhecimento	Atesto dos servidores.	Capacitação de até 05 servidores da SUTIC em cada um dos componentes da solução.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

			Alcançar média igual ou superior a quatro conforme critérios da Ficha de Avaliação de Treinamento (Anexo VIII – Termo de Referência). Registro da solução implantada na Base de Conhecimento da Contratante. Entrega dos manuais do fabricante.
05	Abertura de Chamados	Atesto dos servidores no Relatório de Atendimento Técnico	Cumprimento dos prazos de atendimento e solução.

17.8 Se a Contratada deixar de entregar o objeto contratado dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste contrato;

17.9 Os fiscais requisitante e técnico manterão registros de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou irregularidades observadas, elaborar mensalmente, relatório circunstanciado dessas informações e remetê-los à SUAG/SEGAD quando do encaminhamento da nota fiscal atestada.

17.10 As providências que ultrapassem a competência dos fiscais serão determinadas pelos seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Cláusula Décima Oitava – Da proibição de utilização de mão de obra infantil

Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente contrato, sob pena de rescisão contratual imediata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Nona - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO**

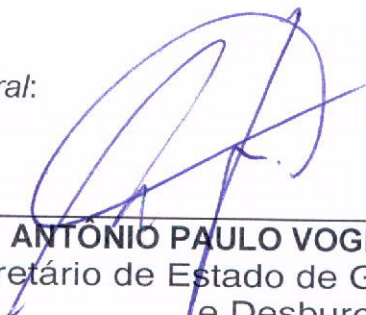
após o que deverá ser providenciado o registro próprio na Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização.

Cláusula Vigésima – Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Pelo Distrito Federal:

Brasília (DF), 02 de abril de 2015.



ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS
Secretário de Estado de Gestão Administrativa
e Desburocratização

Pela Contratada:



RODRIGO GOMES VILANOVA
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
Nome:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
CPF/MF:



Juliano de Freitas Costa
Chefe da Assessoria Jur. Legislativa
SEGAD
Matr. 267.899-3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Anexo I – Especificação Técnica

Solução Integrada de Segurança

1. COMPONENTE DE PROTEÇÃO E GERENCIAMENTO DE TRÁFEGO DE REDE

1.1. Características Básicas

- 1.1.1. *Throughput* bidirecional de no mínimo de 10 (dez) Gbps.
- 1.1.2. Mínimo de 02 (dois) milhões de Sessões Concorrentes.
- 1.1.3. Mínimo de 120.000 (cento e vinte mil) novas sessões por segundo.
- 1.1.4. *Throughput* mínimo de 04 (quatro) Gbps para VPN IPSec / SSL.
- 1.1.5. *Throughput* mínimo de 05 (cinco) Gbps para Firewall, Antivírus e IPS/IDS habilitados simultaneamente.
- 1.1.6. Mínimo de 04 (quatro) interfaces SFP+ 10GbE.
- 1.1.7. Mínimo de 08 (oito) interfaces SFP GbE 01 GbE;
- 1.1.8. Mínimo de 10 (dez) interfaces 10/100/1000 SFP ou RJ-45;
- 1.1.9. Interface dedicada para gerenciamento (Web (HTTP/S) / CLI (SSH));
- 1.1.10. Capacidade de combinar no mínimo os seguintes critérios na elaboração de políticas de acesso: endereço IP, país e origem, porta, protocolo, aplicação (inclusive por categoria e fator de risco), tipo de arquivo, subrede, zona de segurança (produção, DMZ etc), horário, usuário e grupo;
- 1.1.11. Capacidade de agendar a ativação e desativação de políticas;
- 1.1.12. Capacidade de virtualização do cluster em, no mínimo, 10 (dez) *firewalls* independentes;
- 1.1.13. Armazenamento local e remoto dos logs de eventos com possibilidade filtragem por níveis;
- 1.1.14. Possibilidade de captura de exportação de tráfego no padrão PCAP;
- 1.1.15. Gerenciamento centralizado por interface Web, API (REST) e linha de comando (CLI) SSH de todos os *appliances*;
- 1.1.16. Capacidade de permitir a acesso a console de gerenciamento mesmo em casos de sobrecarga de recursos do *appliance* como CPU e memória;
- 1.1.17. Monitoramento de eventos, memória e uso de CPU em tempo real.
- 1.1.18. Capacidade de *backup* e *rollback* de configurações;
- 1.1.19. Monitor de largura de banda em tempo real.
- 1.1.20. Capacidade de notificação de eventos por e-mail;
- 1.1.21. Capacidade de visualizar a diferença entre configurações;
- 1.1.22. Proteção Anti-Spoofing e *binding* de IP/MAC;
- 1.1.23. Capacidade de identificar a aplicação por assinatura de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

tráfego e identificação de protocolo, independente de porta;

- 1.1.24. Suporte a inspeção por *malware* (antivírus) em conteúdo HTML / javascript e arquivos (binários, PDF, MS Word, MS Excel, inclusive compactados);
- 1.1.25. Todos os módulos do componente de Proteção e Gerenciamento de Tráfego de Rede devem ser do mesmo fabricante;

1.2. Roteamento e Rede

- 1.2.1. Monitoramento por SNMP v2 e v3, Netflow e syslog.
- 1.2.2. Suporte a *link aggregation* (802.3ad).
- 1.2.3. Suporte a Tap Mode via *port mirroring* ou TAP;
- 1.2.4. Suporte a IPv4 / IPv6.
- 1.2.5. Suporte a tradução de endereços (NAT) 1-1, N-1, M-N e N-N.
- 1.2.6. VIP (Virtual IP);
- 1.2.7. Suporte a tradução de portas (PAT).
- 1.2.8. Suporte aos protocolos de roteamento BGP v4,, RIP, OSFP e Multicast.
- 1.2.9. Suporte a roteamento entre redes.
- 1.2.10. Suporte a Virtual LANs (802.1q).
- 1.2.11. Suporte a VRRP e controle de falha de link - RFC 5798.
- 1.2.12. Suporte ao protocolo WCCP.
- 1.2.13. Capacidade de operação em modo transparente (*bridge*).
- 1.2.14. *Forwarding* em camada 2, com suporte aos protocolos OSPF, RIP e BGP.
- 1.2.15. Suporte a verificação de DNS reverso na aplicação de políticas;
- 1.2.16. Modelagem de Tráfego (*Traffic Shaping*).
- 1.2.17. QoS (*Quality of Service*) - 802.1p - RFCs 2475 e 2474 – permitindo definir critérios como largura de banda máxima, reserva de banda e prioridade por usuário / grupo, endereços de origem / destino e aplicação;

1.3. Alta Disponibilidade (HA) e Balanceamento de Carga

- 1.3.1. Alta disponibilidade transparente (HA) ativo-ativo e ativo-passivo, sem perda de conexões (sessão) em caso de falha em um dos nós; *Stateful Failover* para Firewall e VPN;
- 1.3.2. Balanceamento de carga entre nós do *cluster*;
- 1.3.3. Monitoramento de link e redirecionamento de tráfego;
- 1.3.4. Sincronização de todas as configurações;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

1.4. VPN

- 1.4.1. Suporte aos protocolos PPTP, IPSec e SSL;
- 1.4.2. VPN SSL com suporte a autenticação de dois fatores;
- 1.4.3. Suporte a autenticação LDAP e *Active Directory*;
- 1.4.4. Suporte a atribuição de IP e DNS para clientes remotos;
- 1.4.5. Suporte a políticas de segurança para aplicações dentro do túnel VPN;
- 1.4.6. Suporte a *Dead Peer Detection*;
- 1.4.7. Suporte a certificados PKI X.509;
- 1.4.8. Criptografia de mínima de 128bits;
- 1.4.9. Cliente em software para autenticação VPN compatível com Windows 7 ou superior (32 e 64 bits);

1.5. Filtro de Conteúdo

- 1.5.1. Filtragem de HTTP/HTTPS.
- 1.5.2. Bloqueio por URL, palavra-chave ou frase.
- 1.5.3. Bloqueio de *Applets* Java, ActiveX e Cookies.
- 1.5.4. Filtragem de conteúdo *agentless*, ou seja, sem a necessidade de instalação de agentes no cliente;
- 1.5.5. Suporte a filtro por categoria para, no mínimo, os seguintes tipos de sites web ou equivalentes:
 - 1.5.5.1. Web Proxy / Proxy Anônimo
 - 1.5.5.2. Webmail
 - 1.5.5.3. Notícias
 - 1.5.5.4. Hackers / Phishing
 - 1.5.5.5. Pornografia
 - 1.5.5.6. Racismo
 - 1.5.5.7. Redes Sociais
 - 1.5.5.8. Compras
 - 1.5.5.9. Entretenimento / Jogos
- 1.5.6. Atualização automática de URLs e categorias pelo fabricante;
- 1.5.7. Suporte a personalização de categorias, URLs e exceções pelo administrador;
- 1.5.8.

1.6. IPS/IDS

- 1.6.1. Proteção contra anomalias de protocolo, análise heurística;
- 1.6.2. Proteção por assinaturas do fabricante, de terceiros ou personalizadas;
- 1.6.3. Atualização automática de assinaturas do fabricante da solução;
- 1.6.4. Capacidade de identificar técnicas de evasão, como uso de



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

criptografia e fragmentação de pacotes;

- 1.6.5. Análise por comportamento de rede;
- 1.6.6. Análise por comportamento de host;
- 1.6.7. Análise de protocolos *stateful*;
- 1.6.8. Proteção contra vulnerabilidades conhecidas em bases como CVE (*Common Vulnerabilities and Exposures*) e OSVBD (*Open Source Vulnerability DataBase*).
- 1.6.9. Notificação (alerta) de ataques;
- 1.6.10. Proteção contra Ataques e *Malware* em HTTP/HTTPS, SMTP/SMTSPS, POP3/POP3S, IMAP/IMAPS, FTP, protocolos de Comunicação Instantânea, e também ocultos em arquivos PDF, compactados e em Javascript;
- 1.6.11. Proteção contra ameaças desconhecidas (*Zero-Day Attacks*) com análise de artefatos suspeitos baseados em *sandbox* em nuvem do fabricante, identificando, no mínimo, o equipamento infectado, forma de exploração (aplicação vulnerável), forma de propagação e endereços IP e/ou domínios envolvidos;
 - 1.6.11.1. A solução deve suportar expansão para análise baseada em *sandbox* local (sem envio de artefatos para fora da rede do Contratante), mediante aquisição de módulo específico fornecido pelo mesmo fabricante;
 - 1.6.11.2. A comunicação criptografada entre o componente e a nuvem do fabricante;
- 1.6.12. Proteção contra ameaças persistentes avançadas (APT - *Advanced Persistent Threat*);

1.7. Integração

- 1.7.1. Integração com Serviço de Diretórios (Microsoft Active Directory / LDAP), Kerberos e RADIUS, permitindo a criação de políticas por usuário e grupo, sem a necessidade de instalar agentes no cliente;
- 1.7.2. Integração com o componente de Gerenciamento de Eventos, persistindo e visualizando eventos (logs) do componente de proteção de rede, tais como: NAT, uso de políticas, ataques, vírus, autenticação, filtro de conteúdo e desempenho (CPU, memória, disco, uso de rede) na forma de gráficos, tabelas, *dashboards*;
- 1.7.3. Integração com o componente de Investigação de Incidentes, provendo a capacidade de analisar um incidente a partir do componente de proteção de rede utilizando os dados de contexto, lançando e intercambiando as interfaces de usuário;

1.8. Relatórios

- 1.8.1. Suportar, no mínimo, os seguintes relatórios:
 - 1.8.1.1. Sessões por aplicação;
 - 1.8.1.2. Aplicações, protocolos, origens e destinos mais utilizados;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

1.8.1.3. Taxa de transferência por aplicação / usuário e ocupação do link;

1.8.1.4. Ataques (origem, categoria, ameaça) e nível de risco da rede;

1.9. Demais requisitos

1.9.1. Montável em rack padrão 19" com fornecimento de todos os cabos, trilhos e demais itens necessários à montagem;

1.9.2. Possuir, no mínimo, 02 (duas) fontes de alimentação redundante hot swap com chaveamento automático 100-240 VAC, 50-60 Hz, 110V/6A, 220V/3A. Cada fonte deverá suportar o pleno funcionamento do *appliance* com todas as interfaces e módulos ativados;

2. COMPONENTE DE GERENCIAMENTO DE EVENTOS (LOGS)

2.1. Características Básicas

2.1.1. Ser baseado em software a ser instalado e executado em máquina virtual no ambiente próprio do Contratante, compatível com a plataforma de virtualização VMware ESXi 5.5 ou superior;

2.1.2. Console gráfica de gerenciamento e pesquisa baseado na web;

2.1.3. A solução deve suportar escalabilidade horizontal para os servidores de armazenamento, indexação e pesquisa;

2.2. Integração

2.2.1. Possuir integração nativa com o Componente de Proteção e Gerenciamento de Tráfego de Rede e com o Componente de Investigação de Incidentes, para que sejam enviados os arquivos de log e auditoria, para armazenamento histórico e análise;

2.2.2. Identificação automática dos eventos oriundos dos componentes de Componente de Proteção e Gerenciamento de Tráfego de Rede e do Componente de Investigação de Incidentes permitindo uma visão histórica e situacional da segurança do ambiente, por meio da criação de gráficos, relatórios e alertas;

2.2.3. Suportar autenticação em serviço de diretórios (Microsoft Active Directory / LDAP) e RADIUS;

2.3. Captura / Recebimento

2.3.1. Capacidade de receber eventos oriundos de *syslog* e outros formatos de log baseados em texto puro (*raw log file*), agentes de encaminhamento de eventos, da importação de arquivos e SNMP;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

2.3.2. Os agentes de coleta / encaminhamento de eventos deverão ser compatíveis com as seguintes plataformas:

2.3.2.1. Windows 7 ou superior (32 ou 64 bits);

2.3.2.2. Windows Server 2003 ou superior (32 ou 64 bits);

2.3.2.3. GNU/Linux kernel 2.6 ou superior (32 ou 64 bits);

2.3.3. Suportar criptografia no recebimento, coleta ou encaminhamento de eventos, inclusive com certificados *self-signed*;

2.3.4. Suportar recursos de encaminhamento de eventos para outras soluções;

2.4. Retenção

2.4.1. Capacidade de balancear o armazenamento de logs de eventos entre diversos servidores;

2.4.2. Capacidade de aplicar políticas de retenção, determinando o local (disco) e os prazos de retenção, inclusive com o descarte automático de eventos mais antigos;

2.4.3. Capacidade de compactação de dados.

2.4.4. Capacidade de backup dos dados por soluções externas;

2.5. Análise

2.5.1. Capacidade de análise de, no mínimo, 11.500 (onze mil e quinhentos) eventos por segundo (EPS) e/ou 200 GB de dados diários.

2.5.2. Capacidade para correlacionar eventos em tempo real, gerando alertas e executando ações pré-determinadas (programáveis), quando critérios de gatilho forem satisfeitos;

2.5.3. Capacidade de programar alertas baseados na quantidade e intervalo de ocorrência de um evento;

2.5.4. Capacidade de criar regras de extração parametrizáveis a partir de expressões regulares e criar campos personalizados;

2.5.5. Suportar o desenvolvimento de extensões (*plug-ins*) para estender a capacidade de análise e identificação de formatos de log não atendidos nativamente;

2.5.6. Capacidade de indexar os seguintes formatos de log: Servidor Web Apache, Squid, Snort, Postfix, VMWare, Active Directory e firewalls Checkpoint, Palo Alto, Fortinet e Iptables;

2.5.7. Capacidade de associar etiquetas (*tags*) a determinados conjuntos de dados e utilizá-las como critério de pesquisa;

2.5.8. Capacidade de associar um tipo de evento a determinado conjunto

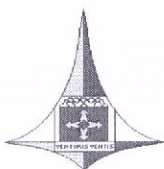


GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

de dados com a possibilidade de utilizá-los como critério de pesquisa e alerta;

2.6. Pesquisa

- 2.6.1. Capacidade para gerenciamento, visualização, análise e relatório de todas as instalações do componente em console centralizada.
- 2.6.2. O componente deverá suportar a exportação dos resultados de pesquisa no formato original (texto puro), PDF, CSV, XML e JSON;
- 2.6.3. Capacidade de pesquisa por palavra-chave, expressão, termo parcial, operadores booleanos, *wildcards* e expressões regulares;
- 2.6.4. Capacidade de criar pesquisas complexas, encadeadas e agrupadas;
- 2.6.5. Capacidade para exibir resultados de pesquisa destacando (*highlight*) os termos utilizados na consulta;
- 2.6.6. Capacidade de paginar os resultados da consulta;
- 2.6.7. Capacidade ordenar os resultados por quaisquer colunas;
- 2.6.8. Capacidade de pesquisa em tempo real e da base histórica com atualização dinâmica de resultados e janelas de tempo pré-determinadas e parametrizáveis;
- 2.6.9. Capacidade de definir tempo para atualização automática dos resultados da pesquisa (*refresh*);
- 2.6.10. Permitir a interrupção, continuação e execução de pesquisa em segundo plano;
- 2.6.11. Capacidade de definir tempo máximo para conclusão de pesquisas;
- 2.6.12. Capacidade de salvar os critérios de pesquisa para posterior utilização e na forma de relatórios;
- 2.6.13. Permitir o agendamento de relatório e o envio destes por e-mail;
- 2.6.14. Capacidade de exibir os resultados em gráficos dinâmicos e interativos e reutilizar o gráfico para visualização posterior em um *dashboard*;
- 2.6.15. Capacidade para exibir dinamicamente estatísticas sobre os resultados da consulta;
- 2.6.16. Capacidade para transformar campos de resultados de consulta, como datas e horas;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

3. COMPONENTE DE INVESTIGAÇÃO DE INCIDENTES

3.1. Características Básicas

- 3.1.1. Ser baseado em software a ser instalado e executado em máquina virtual no ambiente próprio do Contratante, compatível com a plataforma de virtualização VMware ESXi 5.5 ou superior;
- 3.1.2. Suportar taxa de transferência (*throughput*) de no mínimo 01 Gbps para captura de pacotes em cada instalação do componente;
- 3.1.3. Suportar agregação de links nos adaptadores físicos em um único adaptador virtual;
- 3.1.4. Console gráfica de gerenciamento baseado na web e linha de comando (CLI);
- 3.1.5. Suportar perfis de usuário com granularidade de privilégios que permita, inclusive, especificar quais endereços e protocolos o usuário poderá ter acesso;
- 3.1.6.

3.2. Integração

- 3.2.1. Possuir integração com o componente de Proteção e Gerenciamento de Tráfego de Rede, provendo a capacidade de analisar um incidente a partir daquele componente utilizando os dados de contexto, como endereços de origem / destino, data/hora e aplicação e/ou porta;
- 3.2.2. Suportar autenticação em serviço de diretórios (Microsoft Active Directory / LDAP) e RADIUS;
- 3.2.3. Capacidade registrar autenticações e pesquisas de usuários para posterior auditoria;

3.3. Captura

- 3.3.1. Ter a capacidade de capturar e armazenar, em tempo real, o tráfego que lhe for direcionado, de forma contínua, 24 horas por dia, 07 dias por semana;
- 3.3.2. Realizar análise e captura em de forma distribuída e escalável na rede local e remota;
- 3.3.3. Não realizar a captura por amostragem;
- 3.3.4. Capacidade para extração de metadados do tráfego capturado;
- 3.3.5. Capacidade para controlar a captura de múltiplas interfaces físicas de rede simultânea e independentemente, gerando estatísticas individualizadas de tráfego;
- 3.3.6. Capacidade de filtrar a captura de tráfego;
- 3.3.7. Capacidade de encaminhamento de tráfego para outras interfaces



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

com latência de até 01 ms (milissegundo) para redes com *throughput* de até 10 Gbps;

3.3.8. Capacidade de exportação do tráfego capturado no padrão PCAP, com a possibilidade de filtrar o período desejado;

3.4. Retenção

3.4.1. Suporte a no mínimo 10TB de armazenamento de dados e metadados capturados em cada instalação do componente;

3.4.2. Persistir localmente os dados capturados de modo a não onerar o tráfego de rede do Contratante;

3.4.3. Capacidade para exibir textual e graficamente a utilização dos volumes de armazenamento, detalhando sobre ao período de disponibilidade de dados e metadados;

3.5. Análise

3.5.1. Capacidade de remontar pacotes (sessões de camada 7) ao estado original bem como vincular dados e metadados, reconstruindo, no mínimo, arquivos transmitidos por HTTP, SMTP, IMAP, VoIP, IM (Instant Messaging) FTP, SMB;

3.5.2. Permitir a realização de análises distribuídas local e remotamente, mesmo que na ocorrência de perda de conectividade com a rede principal (*backbone*);

3.5.3. Ter a capacidade de extrair os metadados capturados do tráfego da rede, e indexá-los para pesquisas e análises posteriores;

3.5.4. Manter o vínculo entre metadados indexados e os dados originais, para que seja possível recuperar os dados originais com base na análise e pesquisa dos metadados;

3.5.5. Capacidade nativa de geolocalização de endereços IP, plotando em mapa disponível da interface dinâmica do próprio componente;

3.5.6. Possuir análise de metadados contextualizados em forma de janela de tempo, filtros com base em campos de metadados, análise dos metadados com redução de escopo de pesquisa e possibilidade da equipe técnica aplicar filtros encadeados indo de uma visão ampla, até detalhamentos específicos (*drilldown*);

3.5.7. Capacidade de submeter artefatos reconstruídos (arquivos) a serviços e soluções externas de reputação tais como Cuckoo Sandbox, VirusTotal, FireEye, Carbon Black;

3.6. Pesquisa

3.6.1. Capacidade para gerenciamento, visualização, análise e relatório de todas as instalações do componente em console centralizada,



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

independente da existência das mesmas funcionalidades em cada instalação do componente;

- 3.6.1.1. O console central deverá consolidar a visão do tráfego capturado em todas as instalações do componente.
- 3.6.2. Capacidade exibir ações de um determinado endereço IP ou máquina realizou na rede interna;
- 3.6.3. Capacidade de cadastrar, pesquisar e exibir geograficamente as redes da Contrante em mapa embutido na interface gráfica do componente;
- 3.6.4. Suportar o uso de expressões regulares na pesquisa e sobreposição de filtros com a possibilidade de salvar os critérios para uso posterior;
- 3.6.5. Suportar a pesquisa e visualização por período de tempo, endereços IP e demais metadados, tais como: protocolo; tipo (extensão), nome, tamanho e conteúdo de arquivos; campos de e-mail;
- 3.6.6. Capacidade de comparar perfis de tráfego demonstrando diferenças em termo de volume e percentual;
- 3.6.7. Suportar a pesquisa por *hash* (arquivos idênticos) e *fuzzy hash* (arquivos similares);

4. SUPORTE TÉCNICO

- 4.1. Oferecer suporte técnico remoto e presencial compreendendo atividades de manutenção preventiva e corretiva da solução, de acordo com a tabela de Nível Mínimo de Serviço Exigido:
 - 4.1.1. Ajustes de configuração de modo a obter melhor aproveitamento dos recursos da solução;
 - 4.1.2. Esclarecimento de dúvidas relativas à configuração e/ou operação da solução;
 - 4.1.3. Fornecer e instalar novas versões dos softwares que compõem a solução (atualizações de firmware).
 - 4.1.4. Assistência nas configurações e parametrizações necessárias a adequação ao ambiente da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC, mesmo após a implantação e recebimento definitivo.
 - 4.1.5. Identificar possíveis erros ou mau funcionamento da solução (diagnóstico) e aplicar os ajustes necessários após o diagnóstico;
 - 4.1.6. Substituição de partes e/ou equipamentos (*appliance*) que apresentarem falhas persistentes de funcionamento, por outras partes e/ou equipamentos que possuam especificações e qualidade iguais ou superiores às estabelecidas no Termo de Referência.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

4.2. O serviço de suporte técnico deverá obedecer aos critérios de Nível Mínimo de Serviço Exigido – NMSE conforme tabela a seguir:

Atendimento presencial (*on-site*)

RA	Nível de Prioridade	Descrição	Atend.	Solução	Solução Definitiva
24x7	Extrema	Falha completa do negócio sem solução de contorno aceitável.	03 horas	02 horas	24 horas
24x7	Alta	Falha parcial ou degradação severa dos serviços sem solução de contorno aceitável. Instalação de correções (<i>update</i>) de <i>software</i> com classificação de risco médio ou alto pelo fabricante da solução.	04 horas	04 horas	24 horas
24x7	Média	Falha parcial ou degradação severa dos serviços com solução de contorno aceitável.	04 horas	08 horas	24 horas
8x5	Baixa	Instalação de atualização de <i>software</i> (<i>upgrade</i>) Instalação de correções (<i>update</i>) de <i>software</i> com classificação de risco baixo pelo fabricante da solução. Diagnóstico de desempenho e ajustes de configuração.	04 horas	12 horas	36 horas

4.3. Regime de Atendimento (RA):

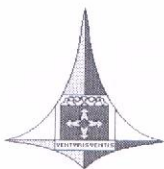
4.3.1. 24x7 – 24 (vinte e quatro) horas por dia 07 (sete) dias por semana.

4.3.2. 8x5 – 8 (oito) horas por dia em horário comercial – 08:00h às 18:00h, 05 (cinco) dias por semana – segunda a sexta-feira.

4.3.3. **Prazo para Atendimento (PA):** tempo máximo para que o técnico da Contratada encontrar-se nas dependências da Contratante ou em outro local especificado no âmbito do Distrito Federal. O atendimento presencial poderá ser dispensado mediante autorização do técnico responsável da Contratante.

4.4. **Prazo para Solução (PS):** tempo máximo para solução do chamado a contar da hora de chegada do técnico nas dependências da Contratante ou em outro local especificado no âmbito do Distrito Federal. Caso o tempo de atendimento seja inferior ao Prazo de Atendimento, o saldo poderá ser utilizado para estender o Prazo de Solução.

4.5. **Prazo para Solução de Definitiva (PSD):** caso a solução aplicada seja temporária, ou seja, nos casos em que foi aplicada uma solução de contorno aceitável, como a substituição do equipamento por um da



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Contratada, o Prazo para Solução Definitiva deverá ser aplicado.

- 4.6. **Troca dos equipamentos:** sendo necessária substituição de partes ou do equipamento, em qualquer Nível de Prioridade, o prazo máximo para troca será de 24 horas, que será contabilizado após o término dos demais prazos de Atendimento (PA) e Solução (PS);
- 4.7. Associar um número de identificação único aos chamados de Suporte Técnico, para acompanhamento e referências futuras, emitindo, Relatório de Atendimento Técnico – RAT, conforme Anexo IV do Termo de Referência, datado e numerado, contendo os procedimentos realizados durante o chamado, informações sobre eventuais itens substituídos ou reinstalados e ocasionais mudanças no ambiente;

5. IMPLANTAÇÃO

- 5.1. Responsabilizar-se pelo transporte, entrega e instalação dos equipamentos da solução no ambiente da SUTIC, localizado no SAM, Bloco H, 1º Andar – CEP. 70.620-080, Brasília-DF;
- 5.2. Instalar e configurar a solução no ambiente do Contratante em condições de operar em produção;
- 5.3. Acomodar os equipamentos físicos, fornecendo todos os cabos, suportes e interfaces necessárias à instalação dos *appliances* em rack fechado de piso padrão 19", incluindo a energização e interligação de rede.
- 5.4. Registrar as configurações específicas realizadas na solução para seu

6. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 6.1. A Transferência de Conhecimento consiste nas seguintes atividades:
- 6.1.1. Documentar os procedimentos de instalação e implantação (arquitetura física / lógica) na Base de Conhecimento da Contratante;
- 6.1.2. Entrega dos Manuais do Fabricante;
- 6.1.3. Treinamento teórico e prático nos componentes da solução;
- 6.2. O treinamento teórico e prático nos componentes da solução deverá contemplar, no mínimo, os seguintes tópicos: Arquitetura da solução;
- 6.2.1. Integração entre os componentes;
- 6.2.2. Instalação e implantação;
- 6.2.3. Operação e administração;
- 6.2.4. Manutenção (hardware e/ou software);
- 6.2.5. Relatórios e exportação de dados;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 6.2.6. Backup e restauração de configurações;
- 6.2.7. Solução de Problemas (*Troubleshooting*);
- 6.2.8. Apresentação da arquitetura física e lógica da solução implantada.
- 6.3. A carga horária de treinamento em cada componente da solução não deverá ser inferior a 16 (dezesesseis) horas e não superior a 04 (quatro) horas diárias;
- 6.4. O treinamento teórico / prático será avaliado pela Contratante conforme Ficha de Avaliação de Treinamento (Anexo VIII – Termo de Referência) e deverá ser repetido caso a média final das notas seja inferior 04 (quatro).
- 6.5. A Contratada deverá fornecer material didático individual com o conteúdo do treinamento;
- 6.6. A Contratada deverá prover as instalações e equipamentos individuais (infraestrutura) para o treinamento;
- 6.7. A Contratada deverá realizar o treinamento em até 30 (trinta) dias após a implantação, exceto, por autorização formal e justificada da Contratante.

7. APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO SOB DEMANDA

7.1. O serviço de Apoio Técnico Especializado, mensurado em Unidades de Serviço Técnico – UST, será utilizado para manutenções evolutivas da solução, contemplando atividades conforme tabela a seguir:


ID	Descrição	Complexidade	Nº de USTs
01	Monitoramento e diagnóstico da solução	Baixa	1,0
02	Configuração de componentes da solução		
03	Revisão de regras de segurança		
04	Instalação de dispositivos físicos		
05	Instalação de <i>plug-ins</i> / componentes adicionais na solução		
06	Análise e configuração rede		
07	Identificação de <i>hosts</i> <i>hostis</i>	Média	1,5
08	Análise de riscos		
09	<i>Hardening</i> de ativos		
10	Análise de tráfego		
11	Ajustes de desempenho	Alta	2,0
12	Análise de incidentes de segurança		
13	Análise do processo de resposta a incidentes		
14	Análise de artefatos maliciosos		
15	Análise de riscos		
16	Certificação de aderência às normas da organização		
17	Integração com ferramentas externas a solução		

7.2. O serviço de Apoio Técnico Especializado será realizado nas dependências da SUTIC ou outro local especificado pela Contratante no âmbito do Distrito Federal em dia e horário definido pela Contratante, incluindo finais de semana e horário não comercial.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

- 7.3. Na abertura dos chamados de Apoio Técnico Especializado serão especificados o número, data, nome e informações de contato do solicitante, descrição dos serviços, prazo para execução, entregas; quantidade de USTs utilizadas e a assinatura / autorização do solicitante e da Contratada;
- 7.4. A Contratada deverá associar um número de identificação único aos chamados de Apoio Técnico Especializado, para acompanhamento e referências futuras, emitindo, Relatório de Atendimento Técnico – RAT, conforme Anexo IV do Termo de Referência, datado e numerado, contendo os procedimentos realizados durante o chamado, informações sobre eventuais itens substituídos ou reinstalados e ocasionais mudanças no ambiente.


Juliano de Freitas Costa
Chefe da Assessoria Jur. Legislativa
SEGAD
Matr. 267.899- 3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Anexo II – Termo de Compromisso

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS

O **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO, com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.394.650/0001-69, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por **ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS**, portador da cédula de identidade RG n.º 070155411, expedida pela IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.085.237-32, na qualidade de Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, conforme delegação de competência prevista no artigo 31 do Decreto n.º 32.598, de 15 de dezembro de 2010, referente às Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Distrito Federal, e de outro lado, a empresa **AVANTSEC – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME**, com sede na eq 31/33 lote 05, Centro Comunal II, sala 110, Parte X5, Guará II, Brasília/DF, CEP: 71.065.901, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.625.177/0001-86, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por **RODRIGO GOMES VILANOVA**, brasileiro, solteiro, empresário, natural do Estado do Rio de Janeiro/ RJ, portador do RG n.º 2.953.466, expedida pela SSP/DF, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 923.873.300-72, na qualidade de Sócio-Administrador.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º 003/2015-SEGAD doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Informações Sigilosas: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

O termo informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente termo prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente termo somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste termo, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de termo aditivo a CONTRATO PRINCIPAL;



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E
DESBORUCRATIZAÇÃO



VIII – Este termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro de Brasília/DF, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, 02 de abril de 2015.

DE ACORDO	
CONTRATANTE	CONTRATADA
 ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS Secretário – SEGAD	 RODRIGO GOMES VILANOVA Sócio-Administrador
Testemunha 1	Testemunha 2
Nome: _____ CPF: _____	Nome: _____ CPF: _____


Juliano de Freitas Costa
Chefe da Assessoria Jur. Legislativa
SEGAD
Matr. 267.899-3